

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Direcção de Serviços Administrativos e Financeiros

Despacho n.º 26 036/2002 (2.ª série). — Por despacho de 20 de Novembro de 2002 do presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista:

Patrocínia Rodrigues do Vale César — exonerada, nos termos do artigo 62.º da Lei n.º 77/88, de 1 de Julho (Lei Orgânica da Assembleia da República), com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 59/93, de 17 de Agosto, e do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, do cargo de secretária auxiliar do gabinete do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, com efeitos a partir do dia 1 de Outubro de 2002.

26 de Novembro de 2002. — A Directora de Serviços, por delegação da Secretária-Geral, *Teresa Fernandes*.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro-Ministro

Despacho n.º 26 037/2002 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 3.º e no n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 322/88, de 23 de Setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 45/92, de 4 de Abril, exonerado das funções de adjunto do meu Gabinete Paulo João Lopes do Rêgo Vizeu Pinheiro, com efeitos a partir de 11 de Novembro de 2002.

11 de Novembro de 2002. — O Primeiro-Ministro, *José Manuel Durão Barroso*.

Secretaria-Geral

Despacho (extracto) n.º 26 038/2002 (2.ª série). — Por despacho de 25 de Outubro de 2002, com a anuência do presidente do conselho de administração da Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S. A.:

José Hermínio Frutuoso Basílio, motorista do quadro de pessoal da Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S. A. — requisitado, ao abrigo do disposto no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, para exercer funções no Gabinete do Ministro da Presidência, com efeitos a partir de 6 de Abril de 2002. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

21 de Novembro de 2002. — O Secretário-Geral, *José M. Sousa Rego*.

Centro de Estudos e Formação Desportiva

Aviso (extracto) n.º 13 010/2002 (2.ª série). — Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, na redacção introduzida pela Lei n.º 117/99, de 11 de Agosto, faz-se público que, por despacho superior de 20 de Novembro de 2002, foi autorizada a recuperação do vencimento de exercício à funcionária abaixo indicada, pelo período de faltas ao serviço por motivo de doença:

Maria Vitória Leal Martins Rodrigues, auxiliar administrativa — no total de dois dias, referente ao ano de 2002.

21 de Novembro de 2002. — O Director, *António Fúza Fraga*.

Conselho Superior de Estatística

Deliberação n.º 1688/2002. — 238.ª deliberação do Conselho Superior da Magistratura — actualização da norma ISO Alpha 2 para utilização no âmbito do Sistema Estatístico Nacional. — Considerando que a nomenclatura de países — norma ISO Alpha 2 — foi aprovada para utilização no âmbito do Sistema Estatístico Nacional (SEN) pela 198.ª deliberação do Conselho Superior de Estatística (CSE), tendo sido posteriormente publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 280, de 5 de Dezembro de 2000;

Tendo em consideração as alterações entretanto introduzidas naquela nomenclatura pela International Standard Organization (ISO), em 20 de Maio de 2002, e das quais o Instituto Nacional

de Estatística deu conta, por terem implícita uma necessária actualização da classificação em vigor no âmbito do SEN;

Considerando ainda que daquela actualização deverá, no sequência da sua aprovação para fins estatísticos, ser dado amplo conhecimento aos principais produtores e utilizadores de informação estatística:

Nos termos do artigo 10.º, n.º 10, alínea b), da Lei n.º 6/89, de 15 de Abril, e de acordo com as competências previstas no n.º 2 do anexo D da 140.ª deliberação do CSE, a Secção Permanente de Planeamento, Coordenação e Difusão delibera aprovar as alterações a introduzir na norma ISO Alpha 2, designadamente:

Antiga designação em inglês	Nova designação em inglês	Antigo código ISO Alpha 2	Novo código ISO Alpha 2
Macau	Macao	MO	MO
East Timor	East Timor	TP	TL

A nomenclatura de países em anexo — norma ISO Alpha 2 — entrará em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2003, substituindo a anteriormente aprovada pela 198.ª deliberação do CSE, sendo a presente deliberação divulgada por publicação no *Diário da República*.

29 de Outubro de 2002. — O Presidente da Secção, *Orlando Calíço*. — A Secretária, *Maria Margarida Lobo da Conceição Madaleno*.

Nomenclatura de países — Norma ISO Alpha 2 — Actualização 2002

Designação do país (português)	Designação do país (inglês)	Alpha 2
Afganistão	Afghanistan	AF
África do Sul	South Africa	ZA
Albânia	Albania	AL
Alemanha	Germany	DE
Argélia	Algeria	DZ
Andorra	Andorra	AD
Angola	Angola	AO
Anguila	Anguilla	AI
Antárctica	Antarctica	AQ
Antígua e Barbuda	Antigua and Barbuda	AG
Antilhas Holandesas	Netherlands Antilles	AN
Arábia Saudita	Saudi Arabia	SA
Argentina	Argentina	AR
Arménia	Armenia	AM
Aruba	Aruba	AW
Austrália	Australia	AU
Áustria	Austria	AT
Azerbaijão	Azerbaijan	AZ
Bahamas	Bahamas	BS
Bangladesh	Bangladesh	BD
Barbados	Barbados	BB
Barém	Bahrain	BH
Bélgica	Belgium	BE
Belize	Belize	BZ
Benin	Benin	BJ
Bermuda	Bermuda	BM
Bielorrússia	Belarus	BY
Bolívia	Bolivia	BO
Bósnia e Herzegovina	Bosnia and Herzegovina	BA
Botswana	Botswana	BW
Brasil	Brazil	BR
Brunei Darussalam	Brunei Darussalam	BN
Bulgária	Bulgaria	BG
Burkina Faso	Burkina Faso	BF
Burundi	Burundi	BI
Butão	Bhutan	BT
Cabo Verde	Cape Verde	CV
Camarões	Cameroon	CM
Camboja	Cambodia	KH
Canadá	Canada	CA
Catar	Qatar	QA
Cazaquistão	Kazakhstan	KZ
Centro-Africana (República)	Central African Republic	CF
Chade	Chad	TD
Chile	Chile	CL
China	China	CN
Chipre	Cyprus	CY
Cidade do Vaticano ver Santa Sé	Vatican City State see Holy See	

Designação do país (português)	Designação do país (inglês)	Alpha 2
Colômbia	Colombia	CO
Comores	Comoros	KM
Congo	Congo	CG
Congo (República Demo- crática do)	Congo, The Democratic Republic of the	CD
Coreia (República da)	Korea, Republic of	KR
Coreia (República Popular Democrática da)	Korea, Democratic Peo- ple's Republic of	KR
Costa do Marfim	Côte d'Ivoire	CI
Costa Rica	Costa Rica	CR
Croácia	Croatia	HR
Cuba	Cuba	CU
Dinamarca	Denmark	DK
Domínica	Dominica	DM
Egipto	Egypt	EG
El Salvador	El Salvador	SV
Emiratos Árabes Unidos	United Arab Emirates	AE
Ecuador	Ecuador	EC
Eritreia	Eritrea	ER
Eslovaca (República)	Slovakia	SK
Eslovénia	Slovenia	SI
Espanha	Spain	ES
Estados Unidos	United States	US
Estónia	Estonia	EE
Etiópia	Ethiopia	ET
Filipinas	Philippines	PH
Finlândia	Finland	FI
França	France	FR
Gabão	Gabon	GA
Gâmbia	Gambia	GM
Gana	Ghana	GH
Geórgia	Georgia	GE
Geórgia do Sul e Ilhas Sand- wich	South Georgia and the South Sandwich Islands	GS
Gibraltar	Gibraltar	GI
Granada	Grenada	GD
Grécia	Greece	GR
Gronelândia	Greenland	GL
Guadalupe	Guadeloupe	GP
Guam	Guam	GU
Guatemala	Guatemala	GT
Guiana	Guyana	GY
Guiana Francesa	French Guiana	GF
Guiné	Guinea	GN
Guiné Equatorial	Equatorial Guinea	GQ
Guiné-Bissau	Guinea-Bissau	GW
Haiti	Haiti	HT
Honduras	Honduras	HN
Hong Kong	Hong Kong	HK
Hungria	Hungary	HU
Iémen	Yemen	YE
Ilha Bouvet	Bouvet Island	BV
Ilhas Caimão	Cayman Islands	KY
Ilhas Christmas	Christmas Islands	CX
Ilhas Cocos (Keeling)	Cocos (Keeling) Islands	CC
Ilhas Cook	Cook Islands	CK
Ilhas Falkland (Malvinas)	Falkland Islands (Malvi- nas)	FK
Ilhas Faroé	Faroe Islands	FO
Ilhas Fiji	Fiji	FJ
Ilha Heard e Ilhas Mcdonald	Heard Island and McDona- ld Islands	HM
Ilhas Marianas do Norte	Northern Mariana Islands	MP
Ilhas Marshall	Marshall Islands	MH
Ilhas Menores Distantes dos Estados Unidos	United States Minor Out- lying Islands	UM
Ilha Norfolk	Norfolk Island	NF
Ilhas Salomão	Solomon Islands	SB
Ilhas Virgens (britânicas)	Virgin Islands, British	VG
Ilhas Virgens (Estados Uni- dos)	Virgin Islands, U. S.	VI
Índia	India	IN
Indonésia	Indonesia	ID
Irão (República Islâmica)	Iran, Islamic Republic of	IR
Iraque	Iraq	IQ
Irlanda	Ireland	IE
Islândia	Iceland	IS
Israel	Israel	IL
Itália	Italy	IT
Jamaica	Jamaica	JM
Japão	Japan	JP

Designação do país (português)	Designação do país (inglês)	Alpha 2
Jibuti	Djibouti	DJ
Jordânia	Jordan	JO
Jugoslávia	Yugoslavia	YU
Kenya	Kenya	KE
Kiribati	Kiribati	KI
Kuwait	Kuwait	KW
Laos (República Popular Democrática do)	Lao People's Democratic Republic	LA
Lesoto	Lesotho	LS
Letónia	Latvia	LV
Líbano	Lebanon	LB
Libéria	Liberia	LR
Líbia (Jamahiriya Árabe da)	Libyan Arab Jamahiriya	LY
Liechtenstein	Liechtenstein	LI
Lituânia	Lithuania	LT
Luxemburgo	Luxembourg	LU
Macau	Macao	MO
Macedónia (antiga Repú- blica Jugoslava da)	Macedonia, The Former Yugoslav Republic of	MK
Madagáscar	Madagascar	MG
Malásia	Malaysia	MY
Malawi	Malawi	MW
Maldivas	Maldives	MV
Mali	Mali	ML
Malta	Malta	MT
Marrocos	Morocco	MA
Martinica	Martinique	MQ
Maurícias	Mauritius	MU
Mauritânia	Mauritania	MR
Mayotte	Mayotte	YT
México	Mexico	MX
Micronésia (Estados Fede- rados da)	Micronesia, Federated Sta- tes of	FM
Mozambique	Mozambique	MZ
Moldova (República de)	Moldova, Republic of	MD
Mónaco	Monaco	MC
Mongólia	Mongolia	MN
Montserrat	Montserrat	MS
Myanmar	Myanmar	MM
Namíbia	Namibia	NA
Nauru	Nauru	NR
Nepal	Nepal	NP
Nicarágua	Nicaragua	NI
Niger	Niger	NE
Nigéria	Nigeria	NG
Niue	Niue	NU
Noruega	Norway	NO
Nova Caledónia	New Caledonia	NC
Nova Zelândia	New Zealand	NZ
Omã	Oman	OM
Países Baixos	Netherlands	NL
Palau	Palau	PW
Panamá	Panama	PA
Papua Nova Guiné	Papua New Guinea	PG
Paquistão	Pakistan	PK
Paraguai	Paraguay	PY
Peru	Peru	PE
Pitcairn	Pitcairn	PN
Polinésia Francesa	French Polynesia	PF
Polónia	Poland	PL
Porto Rico	Puerto Rico	PR
Portugal	Portugal	PT
Quirguizistão	Kyrgyzstan	KG
Reino Unido	United Kingdom	GB
República Checa	Czech Republic	CZ
República Dominicana	Dominican Republic	DO
Reunião	Réunion	RE
Roménia	Romania	RO
Ruanda	Rwanda	RW
Rússia (Federação da)	Russian Federation	RU
Samoa	Samoa	WS
Samoa Americana	American Samoa	AS
Santa Helena	Saint Helena	SH
Santa Lúcia	Saint Lucia	LC
Santa Sé (Cidade Estado do Vaticano)	Holy see (Vatican City State)	VA
São Cristóvão e Nevis	Saint Kitts and Nevis	KN
São Marino	San Marino	SM
São Pedro e Miquelon	Saint Pierre and Miquelon	PM
São Tomé e Príncipe	Sao Tome and Principe	ST
São Vicente e Granadinas	Saint Vincent and the Gre- nadines	VC

Designação do país (português)	Designação do país (inglês)	Alpha 2
Sara Ocidental	Western Sahara	EH
Senegal	Senegal	SN
Serra Leoa	Sierra Leone	SL
Seychelles	Seychelles	SC
Singapura	Singapore	SG
Síria (República Árabe da)	Syrian Arab Republic	SY
Somália	Somalia	SO
Sri Lanka	Sri Lanka	LK
Suazilândia	Swaziland	SZ
Sudão	Sudan	SD
Suécia	Sweden	SE
Suíça	Switzerland	CH
Suriname	Suriname	SR
Sv ^o albard e a Ilha de Jan Mayen	Svalbard and Jan Mayen ...	SJ
Tailândia	Thailand	TH
Taiwan (Província da China)	Taiwan, Province of China	TW
Tajiquistão	Tajikistan	TJ
Tanzânia, República Unida da	Tanzania, United Republic of	TZ
Território Britânico do Oceano Índico	British Indian Ocean Territory	IO
Território Palestino Ocupado	Palestinian Territory Occupied	PS
Territórios Franceses do Sul	French Southern Territories	TF
Timor Leste	East Timor	TL
Togo	Togo	TG
Tokelau	Tokelau	TK
Tonga	Tonga	TO
Trindade e Tobago	Trinidad and Tobago	TT
Tunísia	Tunisia	TN
Turcos e Caicos (Ilhas)	Turks and Caicos Islands ...	TC
Turquemenistão	Turkmenistan	TM
Turquia	Turkey	TR
Tuvalu	Tuvalu	TV
Ucrânia	Ukraine	UA
Uganda	Uganda	UG
Uruguai	Uruguay	UY
Usbequistão	Uzbekistan	UZ
Vanuatu	Vanuatu	VU
Venezuela	Venezuela	VE
Vietname	Viet Nam	VN
Wallis e Futuna (Ilhas)	Wallis and Futuna	WF
Zaire, ver Congo (República Democrática do)	Zaire, see Congo, The Democratic Republic of the	
Zâmbia	Zambia	ZM
Zimbábue	Zimbabwe	ZW

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Secretaria-Geral

Despacho n.º 26 039/2002 (2.ª série). — 1 — Nos termos do n.º 2 do artigo 27.º da Lei n.º 49/99, de 22 de Junho, e do disposto nos artigos 35.º e 36.º do Código do Procedimento Administrativo, delegeo no secretário-geral-adjunto do Ministério da Defesa Nacional, contra-almirante Jorge José Correia Jacinto, sem prejuízo do disposto no n.º 4 deste despacho, a competência para a prática dos seguintes actos:

1.1 — Justificar ou injustificar faltas, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março;

1.2 — Autorizar o gozo e a acumulação de férias e aprovar o respectivo plano anual;

1.3 — Autorizar o abono de vencimento de exercício perdido por motivo de doença, bem como o exercício de funções que dê lugar à reversão do vencimento de exercício, e o respectivo processamento;

1.4 — Autorizar a atribuição dos abonos e regalias a que os funcionários ou agentes tenham direito, nos termos da lei;

1.5 — Praticar todos os actos necessários à inscrição e participação dos funcionários em estágios, congressos, reuniões, seminários, colóquios, cursos de formação e outras iniciativas semelhantes que decorram em território nacional;

1.6 — Praticar todos os actos relativos à aposentação dos funcionários e agentes, salvo no caso de aposentação compulsiva, e, em

geral, todos os actos respeitantes ao regime de segurança social da função pública, incluindo os referentes a acidentes em serviço;

1.7 — Homologar as actas e classificação final de concursos de acesso;

1.8 — Solicitar a realização de juntas médicas, nos termos do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março;

1.9 — Praticar os actos legalmente previstos no âmbito do processo de classificação de serviço dos funcionários e agentes;

1.10 — Assinar a correspondência ou o expediente necessário à instrução de processos de pessoal a cargo da Secretaria-Geral;

1.11 — Autorizar a passagem de certidões de documentos arquivados na Secretaria-Geral, bem como a restituição de documentos aos interessados.

2 — Mais delegeo a competência para:

2.1 — Autorizar a constituição de fundos de maneo nos termos do artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de Junho;

2.2 — Aprovar e assinar os pedidos de libertação de créditos e autorizações de pagamento da Secretaria-Geral, dos órgãos e serviços centrais e dos gabinetes dos membros do Governo;

2.3 — Autorizar os pedidos de autorização de despesas realizadas pela Secretaria-Geral;

2.4 — Na sequência da autorização de deslocações em serviço, autorizar o processamento dos correspondentes abonos e despesas com a aquisição de bilhetes ou títulos de transporte e com ajudas de custo, antecipadas ou não.

3 — Subdelego no mesmo secretário-geral-adjunto as competências que me foram subdelegadas pelo despacho n.º 21 829/2002 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 234, de 10 de Outubro de 2002, à excepção da competência conferida pela alínea e) do n.º 1 desse despacho e sem prejuízo do disposto no número seguinte.

4 — Delegeo e subdelego, respectivamente, na directora do Departamento de Assuntos Jurídicos, licenciada Ana Cristina Siza Vieira, a competência para a prática dos actos referidos no n.º 1 do presente despacho e bem assim para a prática dos actos previstos no n.º 1 do mencionado despacho n.º 21 829/2002, no que diz respeito àquele serviço.

5 — O presente despacho produz efeitos a partir de 17 de Setembro de 2002, ficando, por este meio, ratificados todos os actos entretanto praticados pelos mencionados dirigentes da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional que se incluam no âmbito desta delegação de competências.

20 de Novembro de 2002. — O Secretário-Geral, *Bernardo Marques Carnall*.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Aviso n.º 13 011/2002 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado da Administração Interna de 6 de Novembro de 2002, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Lino Tavares Varela, natural de Santa Catarina, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascido em 26 de Janeiro de 1949, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, e respectivas alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

21 de Novembro de 2002. — Pelo Director-Geral, *Marina N. Portugal*.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E DO ENSINO SUPERIOR

Fundação para a Ciência e a Tecnologia

Despacho (extracto) n.º 26 040/2002 (2.ª série). — Por despacho do presidente da Fundação para a Ciência e a Tecnologia de 26 de Novembro de 2002:

Luís Manuel Ferreira Baceira, assistente administrativo principal do quadro de pessoal da Fundação para a Ciência e Tecnologia — nomeado definitivamente, após aprovação em concurso, assistente administrativo especialista do mesmo quadro. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

26 de Novembro de 2002. — O Presidente, *Fernando Ramôa Ribeiro*.